

A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS NOVAS DCNEF: A DISPUTA ENTRE DIFERENTES HEGEMONIAS¹

Rogério Tauã Mello Machado,

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Pedro Victor Freire dos Santos,

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

O novo ensino médio e as novas DCNEF, aprofundaram as disputas hegemônicas na Educação Física. Dessa maneira, recorrendo ao método materialista histórico dialético, o presente estudo tem como objetivo analisar essas duas contrarreformas do capital que atingem diretamente a formação do educador, desvaloriza o conteúdo da disciplina e atinge as condições de trabalho nas escolas do ensino médio. Ademais, identificar quais hegemônias estão em disputa, os projetos de sociedade e os sujeitos na luta, auxiliam na compreensão do momento atual em que se encontra a Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE: Contrarreforma; Educação Física; Hegemonia.

INTRODUÇÃO

A Educação Física (EF), ao longo de sua história, dispôs de um papel importante na manutenção da hegemonia burguesa. Porém, ao mesmo tempo em que possui um papel privilegiado na construção do consenso, ela é, também, um campo de disputa entre diferentes hegemônias no processo de formação dos sujeitos.

Dessa maneira, o Novo Ensino Médio (NEM) e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física (DCNEF), podem ser vistos como produto da construção do consenso na formação dos sujeitos para a manutenção de uma hegemonia dominante. Consenso este, que carrega em sua constituição, a adequação dos trabalhadores às novas demandas do capitalismo e ao aprofundamento das desigualdades sociais.

Sendo assim, o presente texto propõe-se identificar as disputas hegemônicas existentes na área de EF, a partir da análise do NEM instituído pela Lei nº 13.415/2017, de 16 de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017) e as novas DCNEF (BRASIL, 2018), buscando desvelar os desdobramentos das duas propostas na formação dos sujeitos.

METODOLOGIA

A utilização da análise documental e bibliográfica, permitiu chegar na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) e no Parecer CNE/CES nº 584/2018 (BRASIL, 2018) - NEM e as novas DCNEF respectivamente. Para o prosseguimento da pesquisa, a escolha do método materialista histórico dialético, possibilitou compreender a materialidade do objeto, captando sua essência. Por fim, os elementos empíricos expostos permitiram a utilização das categorias consenso e hegemonia, na intenção de contribuir para o desenvolvimento do estudo.

EXISTE AINDA UMA DISPUTA HEGEMONICA?

O estágio atual da sociedade capitalista, encontra-se no período de contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 2019) materializada em reformas político-sociais, de cunho burguês, aprofundando a exploração do trabalho e a desigualdade social. Tais contrarreformas² - da previdência, trabalhista, do ensino médio, tributárias, administrativas e o congelamento do teto de gasto -, classificadas pela classe dominante como necessárias na superação da crise político-econômica do país, ocorrerem junto ao apelo midiático na construção do consenso.

Este movimento não se inicia no presente momento, políticas públicas similares apresentam-se na sociedade brasileira ao menos desde o fim do século passado, quando “a reunificação dos interesses burgueses instalados no país, nos anos de 1990, se dará sob o influxo do projeto neoliberal” (MATTOS, 2020, p.124). Projeto este, igualmente presente em políticas governamentais de gestões progressistas, como as de Lula e Dilma.

Como nos mostra Silveira (2020), ao apropriar-se da categoria “hegemonia às avessas” de Oliveira, a autora revela o caráter conciliatório de classe e de obtenção do consenso passivo das massas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), adotando medidas econômicas internas de conciliação de classe, entretanto mantendo as políticas neoliberais no âmbito macroeconômico.

2 Optou-se pela utilização do termo “contrarreforma” porque, ao interpretar Gramsci, Coutinho (2012) elabora “reformas” como as conquistas da classe trabalhadora e as “contrarreformas” como a retirada de direitos pelo Estado Neoliberal.

Por outro lado, nessa mesma época, a classe dominante, encontra na educação um meio de manter o consenso e aumentar os lucros. Assim, o bloco hegemônico burguês marca sua posição pedagógica mediante à agenda reacionária de coalizão do movimento Todos pela Educação - reunindo banqueiros, grandes empresários dos meios de comunicação e empresários do Terceiro Setor.

Desse modo, “desde 2007, o movimento empresarial vem definindo as ações do governo Federal para a educação básica” (LEHER; VITTÓRIA; MOTTA, 2017, p.18), materializando-se no Plano de Desenvolvimento da Educação e no Plano Nacional de Educação (2014-2024), que criam metas para a educação. Junto a essas metas, inicia-se, ainda no governo Dilma, a discussão de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No fim do primeiro mandato de Dilma, observa-se o começo de uma crise hegemônica culminando em seu afastamento. Resultado do aprofundamento de medidas austeras, principalmente na educação e no setor de serviços públicos, a classe trabalhadora sai às ruas em junho de 2013 para reivindicar melhores condições. Dentro dessas jornadas de manifestações, existiam movimentos reacionários da classe dominante, que não representavam os anseios da maioria. Porém, é a partir desse movimento que o PT começa a perder força e apoio, e “contraditoriamente, [representa] o marco inicial da situação que enfrentamos hoje” (MATTOS, 2020, p. 158).

Embora tenha conquistado a maioria dos votos válidos nas eleições de 2014, Dilma continuou perdendo apoio popular, até ser, em 2016, deposta por meio de um golpe jurídico-parlamentar, e substituída pelo então vice-presidente Michel Temer. Tal mudança, significou o aceleração das contrarreformas que vinham sendo preparadas anteriormente e aprofundada pelo governo de Bolsonaro.

O movimento histórico, revela a disputa hegemônica entre dois diferentes projetos de sociedade, onde a classe trabalhadora organizada busca a superação do sistema burguês e a classe dominante a manutenção do consenso. Imersa no corpo social capitalista, a EF apresenta-se como um campo de disputa de duas diferentes hegemonias, que impactam diretamente na formação dos sujeitos.

De um lado, encontra-se a classe trabalhadora organizada - no Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), no Movimento Nacional Contra a Regulamentação (MNCR), alguns grupos de estudos e alguns sindicatos ou associações de professores - na construção de

uma formação unificada, crítica e socialmente referenciada. Do outro, a burguesia e seus intelectuais – empresários do ramo fitness e os Conselhos federal e regional da área (CONFED/CREF) – na adequação da EF aos anseios de mercado.

Tendo como ponto de partida, o movimento de alguns trabalhadores organizados, no final da década de 1970 e início da década de 1980, esta disputa hegemônica cada vez mais se aprofunda e concretiza a precarização do trabalho e da formação. Assim, observa-se a divisão da profissão em Licenciatura e Bacharelado na Resolução nº 03/87 e na Resolução nº 07/2004 (BRASIL, 2004), além da regulamentação da profissão e a criação de um órgão fiscalizador e coercitivo, através da Lei 9696/98 (BRASIL, 1998).

Durante os governos do PT, houveram perdas e ganhos dos dois lados dessa disputa, porém, com o golpe jurídico-parlamentar e a ascensão dos grupos reacionários, a hegemonia dominante conquista, ainda mais, terreno na EF. O NEM e as novas DCNEF são dois exemplos claros do avanço burguês.

O NEM, em seu texto inicial, retira a EF do ensino médio descartando um conhecimento construído socialmente, porém com diversas manifestações contrárias e pressões populares, a EF é incorporada no texto final tornando-se obrigatório seu estudo e práticas. Ao obrigar as escolas a escolherem os itinerários informativos, o NEM aprofunda a precarização do trabalho e do ensino, submetendo aos professores um despendido maior entre escolas, para completarem seus horários. Há indícios também das áreas de conhecimento divididas na BNCC sejam ministradas por um só educador, ou seja, EF está em “linguagens” com: Artes, Língua Portuguesa e Inglês. Ou seja, há a possibilidade do professor de notório saber, lecionar a EF de modo pouco adequado e com conteúdo sobrecarregado.

No âmbito da formação dos professores, verifica-se, nas DCNEF, a oferta de apenas um modo de ingresso, porém com duas diferentes formações, fracionando o curso em duas etapas: etapa comum; etapa específica. Assim como Junior e Bastos (2019), entende-se essa nova modalidade de ensino como uma transferência de responsabilidade do Estado para os sujeitos ao escolherem de forma precoce e individual a sua formação, além de manter a fragmentação da EF. Porém, existe uma resistência por parte da classe trabalhadora, principalmente da educação em geral, que usa todos os meios possíveis para derrubar tais diretrizes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar a Lei nº 13.415/2017 e as DCNEF, chega-se à conclusão que tais reformas pertencem a um projeto reacionário burguês de formação para o consenso e controle dos subalternos. Como parte desse processo, a EF aos poucos começa a ser retirada da escola e transformada em um mero produto.

Ainda que vivamos em um período autoritário de contrarrevolução (FLORESTAN, 2019), com profundos ataques à educação e a formação dos sujeitos, os movimentos organizados da classe trabalhadora mantiveram-se firmes na luta contra toda forma de repressão e retirada de direitos. Por esse motivo é legítimo afirmar que há, até este tempo, uma disputa de diferentes hegemonias na EF e almejar um mundo novo sem opressão e exploração e uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, é necessário.

THE COUNTER-REFORM OF HIGH SCHOOL AND THE NEW DCNEF: THE DISPUTE BETWEEN DIFFERENT HEGEMONIES

ABSTRACT

The new high school curriculum and the new DCNEF deepened the hegemonic disputes in Physical Education subject. By using the dialectical historical materialist method, the present study aims to analyze these two capital counter-reforms that directly affect the education of educators, devalue PE content and change working conditions in high schools. Moreover, this study aims to identify which hegemonies are in dispute, what the projects of society are and who the subjects in the struggle are in order to better understand the current moment in which Physical Education is inserted in.

KEYWORDS: *Counter-reform; Physical Education; hegemony.*

LA CONTRARREFORMA DE LA ESCUELA SECUNDARIA Y EL NUEVO DCNEF: LA DISPUTA ENTRE DIFERENTES HEGEMONÍAS

RESUMEN

La nueva escuela secundaria y el nuevo DCNEF han profundizado las disputas hegemónicas en la Educación Física. Así, utilizando del método materialista histórico dialéctico, este estudio pretende analizar estas dos contrarreformas del capital que afectan directamente a la formación del educador, desvalorizan el contenido de la materia escolar y afectan a las condiciones de trabajo en las escuelas. Además, identificar cuáles son las hegemonías en

disputa, los proyectos de sociedad y los sujetos en lucha, ayudan a comprender el momento actual en que se encuentra la Educación Física.

PALABRAS CLAVE: Contrarreforma; Educación Física; hegemonía.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 7**, de 31 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Câmara de Ensino Superior do Conselho de Educação, Brasília, 2004.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 584**, de 3 de outubro de 2018. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física. **Câmara de Educação Superior**, Brasília, 2018.

_____. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e 11.494, de 20 de junho de 2007, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Diário Oficial da União, 17 de fevereiro de 2017, p. 1-3.

_____. **Lei nº 9696**, de 1 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília: Congresso Nacional, 1998.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. -- 4.ed. -- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “Teoria do autoritarismo”**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JUNIOR, O. G. S.; BASTOS, R. S. As (novas) Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física: a fragmentação repaginada. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 317-327, dez. 2019.

LEHER, R.; VITÓRIA, P.; MOTTA, V. C. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, mai. 2017.

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

SILVEIRA, Z. S. Os rumos da educação em questão: da “hegemonia às avessas” à crise de hegemonia. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 325-336, abr. 2020(b).